



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
28ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA: VICENTE DE PAULA MACIEL JÚNIOR



**Lei de Criação: Lei 8.432 de 11/06/1992
Data da instalação: 14/05/1993**

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição publicado no D.E. da Justiça do Trabalho em 22/03/11, p. 5/6.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

ATA DE CORREIÇÃO

Às 08h00min do dia 25 de março de 2011, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello**, deu início à Correição Ordinária na 28ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na avenida Augusto de Lima, 1234 – 9º andar – Barro Preto, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho, Dr. **Vicente de Paula Maciel Júnior**, Titular da Vara desde 27/09/2002; pela MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **June Bayao Gomes Guerra**; pelo Diretor de Secretaria, Sr. Geraldo Inácio Rosa (**servidor mais antigo do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 25/03/1983**); pelos servidores Caroline de Melo Lopes, Elida Rodrigues dos Santos, Elma Cândida Gomes, Fernanda Torres Martos, Gilberto de Almeida Soares, Joseni Lizandro, Magda Suely Silva Leal, Marcelo Martins de Melo, Noêmia Maria Alves da Silva, Rosalina Miranda de Oliveira e Waldik da Paixão Marques Catanhede; pelos estagiários Guilherme Soares de Carvalho e Andréa Ferreira Goulart e por Joseph Paulo de Souza, funcionário da FENEIS. Ausente a servidora Sônia Nacácio da Silva Goulart, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, consta o registro de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) processos distribuídos até o dia 24/03/2011, apurando-se a média de 10,11 (dez vírgula onze) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 25/03/2011, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

a) rito sumaríssimo: 06/04/2011;

b) rito ordinário: 11/04/2011;

c) instrução: 03/10/2011.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 69 (sessenta e nove) cartas precatórias até a presente data, neste exercício, das quais 33 (trinta e três) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 53 (cinquenta e três) cartas precatórias até a presente data, neste exercício, das quais 16 (dezesesseis) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 311 (trezentos e onze) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 81 (oitenta e um)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

processos foram remetidos no presente exercício, até esta data.

1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO – Há 39 (trinta e nove) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 119 (cento e dezenove) autos de processos com carga, das quais 30 (trinta) vencidas, sendo 29 (vinte e nove) cobradas e 1 (uma) com dilação do prazo deferida.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constam 45 (quarenta e cinco) autos de processos com carga, das quais 14 (quatorze) vencidas, sendo 11 (onze) cobradas e 3 (três) com dilação do prazo deferida.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 336 (trezentos e trinta e seis) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 102 (cento e dois) pendentes de cumprimento, sendo que 30 (trinta) extrapolam o prazo de 30 (trinta) dias, destes 23 (vinte e três) com justificativa (mandados de condução coercitiva de testemunha e penhora na “boca do caixa”) e 7 (sete) com a devida baixa no sistema informatizado da DSMJ, porém sem baixa no sistema da Vara.

Nos processos 00914/10 (mandado 01545/10), 01551/08 (mandado 01577/10), 01746/09 (mandado 01613/10), 01770/10 (mandado 01665/10), 00954/04 (mandado 00081/11), 01171/10 (mandado 00177/11) e 01629/97 (mandado 00165/11) foi constatada a regular baixa no sistema informatizado da DSMJ, porém os autos dos mencionados processos encontram-se fora da Secretaria, o que impediu a verificação da regularidade com relação à baixa pela Secretaria.

Nos processos 00587/10 (mandado 00024/11) e 90238/10 (mandado 01679/10) foi constatado que os referidos mandados retornaram da DSMJ (f. 40/42 e f. 42/43, respectivamente), porém não houve o lançamento de baixa pela Secretaria quando do regular retorno do mandado, o que foi prontamente realizado em 25/03/2011 quando constatado.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 50 (cinquenta) autos de processos com carga para a Diretoria da Secretaria de Cálculos Judiciais, todos dentro do prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1022 (um mil e vinte e dois) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 784 (setecentos e oitenta e quatro) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 69 (sessenta e nove) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) 153 (cento e cinquenta e três) processos arquivados provisoriamente, conforme



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Quadro I, item 24;

d) 16 (dezesseis) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de fevereiro de 2011.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual no ano de 2010, cuja média de processos em fase de execução foi de 822 (oitocentos e vinte e dois), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

Consultado o sistema informatizado, constatou-se a existência de processos arquivados provisoriamente há mais de um ano, contrariando o disposto no Provimento 02/2004 do TRT/3ª Região.

Deverá a Secretaria da Vara manter controle rigoroso dos processos arquivados provisoriamente, devendo, findo o prazo, fazer conclusão ao MM. Juiz para exame.

1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, exercício 2010, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 4 (quatro) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 28/03/2011 havia 28 (vinte e oito) processos:

- a) **rito sumaríssimo**: 12 (doze) processos;
- b) **rito ordinário**: 8 (oito) processos;
- c) **instrução**: 7 (sete) processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução**: 1 (um) processo.

Foram examinados os autos dos processos 01403/10, 00464/11, 00460/11, 00466/11, 00219/11, 01733/10, 00229/10, 00392/11, 01026/10 e 00389/11, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, Parágrafo Único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

despachos.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 00266/11, 00274/11, 00320/11, 00328/11, 00340/11, 00362/11, 00374/11, 00373/11, 00394/11 e 90299/10 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 01/2008/TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 01248/09, 01744/09, 00415/11, 00171/11, 00222/10, 00641/10, 00850/10, 01002/10, 01685/10 e 00762/09.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01248/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 46 (mais de 50 dias) e f. 60 (mais de 10 dias);
- 01744/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 62 (mais de 20 dias);
- 00222/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 167 (mais de 10 dias), f. 174 (mais de 20 dias) e f. 192 (mais de 10 dias);
- 00641/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 71 (mais de 60 dias);
- 01002/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (36 dias);
- 01685/10 e 00850/10: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 01383/09, 00843/09, 00659/09, 01055/09, 00406/10, 00600/10, 01663/10, 00365/11, 00926/09 e 01003/10 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT; cumprimento dos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT 006/2010, encaminhado através do ofício eletrônico 03/2011 e Recomendação CGJT 001/2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2.011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01383/09: ausência de lançamento no sistema informatizado do código 056;
- 00600/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (26 dias) e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 27 (mais de 60 dias);
- 01663/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (23 dias);
- 00843/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 111 (mais de 30 dias);
- 00659/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 202 (mais de 30 dias) e ausência de lançamento no sistema informatizado do código 056;
- 01055/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 23 (mais de 30 dias);
- 00926/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

oficial – f. 350 (mais de 10 dias);

- 00406/10: ausência de lançamento no sistema informatizado do código 056.

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 112 (cento e doze) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 01659/10, 01797/10, 01653/10, 01057/10, 00919/10, 00902/09, 00284/10, 00174/11, 00234/11 e 00032/10 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01057/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (48 dias).

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo os processos que assim se encontrem sob constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 00177/11, 00166/11, 00399/11, 00413/11, 00417/11, 00426/11, 00403/11, 00308/11, 00098/11 e 01542/10.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00166/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (27 dias);

-00399/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (18 dias);

- 00403/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (17 dias);

- 00098/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (27 dias).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 1 (um) inquérito judicial, neste ano de 2011, em tramitação nesta Vara do Trabalho.

Examinados os autos do processo 00898/08, constatou-se estarem em ordem.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 4 (quatro) ações civis públicas, até a presente data, em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.9. AÇÃO COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 00310/11, 01824/10, 00036/11, 00363/11, 01678/10, 00806/10, 00868/10, 00270/11, 01790/10 e 01655/10.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00310/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (17 dias);

- 01824/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (18 dias);

- 00036/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (24 dias).

Recomendam-se aos MM. Juízes que, **na medida do possível**, se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00424/11, 01474/09, 00121/11, 00170/11, 00410/11, 00318/11, 00380/11, 01423/09, 01700/10 e 01794/10.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00121/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (27 dias);
- 00170/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (27 dias);
- 01700/10: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (24 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, não há precatório expedido no ano em curso, até a presente data.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 28/03/2011:

- a) rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) rito ordinário:** 22 (vinte e dois) dias;
- c) instrução:** 143 (cento e quarenta e três) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 25/03/2011, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias (06/04/2011);
- b) rito ordinário:** 17 (dezessete) dias (11/04/2011);
- c) instrução:** 144 (cento e quarenta e quatro) dias (16/08/2011).

CORREIÇÃO DE 2010: Na correição realizada em 12/04/2010, apurou-se o seguinte prazo médio:

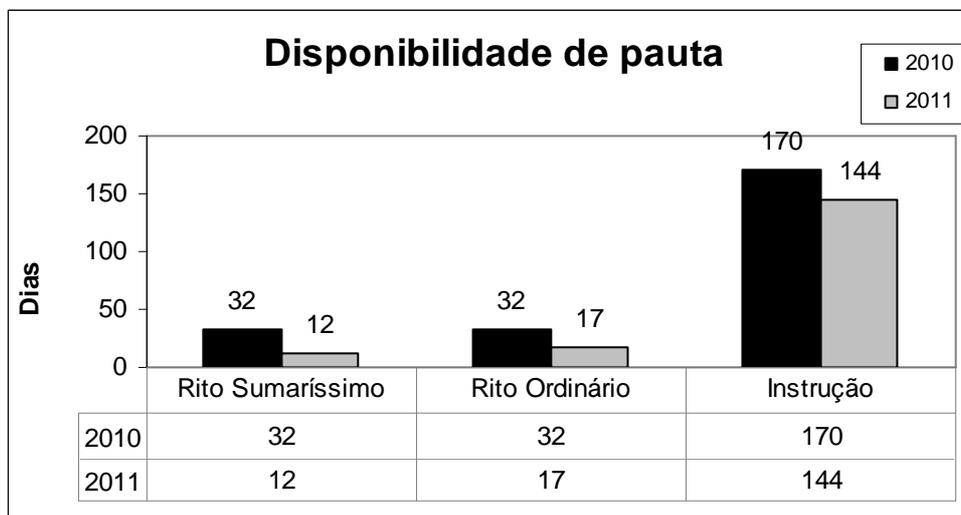
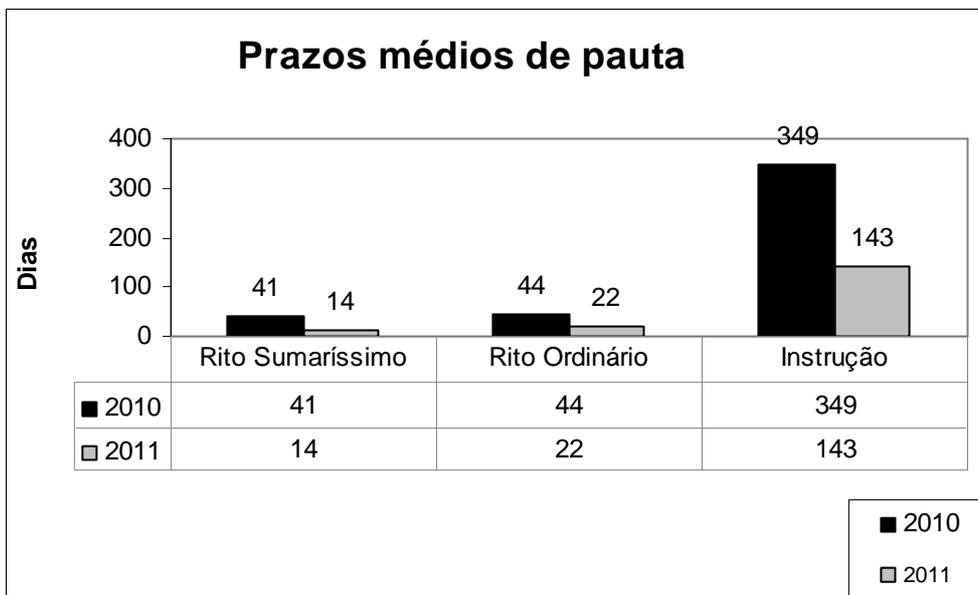
- a) rito sumaríssimo:** 41 (quarenta e um) dias;
- b) rito ordinário:** 44 (quarenta e quatro) dias;
- c) instrução:** 349 (trezentos e quarenta e nove) dias.

A disponibilidade de pauta foi:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

- a) **rito sumaríssimo**: 32 (trinta e dois) dias;
b) **rito ordinário**: 32 (trinta e dois) dias;
c) **instrução**: 170 (cento e setenta) dias.



No exercício de 2010, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento**: 466 (quatrocentas e sessenta e seis), média de 2,08 (duas vírgula zero oito) por dia;
b) **decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração**: 298 (duzentas e noventa e oito), média de 1,33 (uma vírgula trinta e três) por dia;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

c) decisões na fase de execução: 131 (cento e trinta e uma), média de 0,58 (zero vírgula cinquenta e oito) por dia;

d) total: 895 (oitocentos e noventa e cinco) processos conclusos para decisão no período, média total de 3,99 (três vírgula noventa e nove) por dia de expediente forense.

	Ano/2010	Média/dia
Sentenças de conhecimento	466	2,08
Decisões decorrentes da interposição de embargos de declaração	298	1,33
Decisões na fase de execução	131	0,58
Total	895	3,99

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em fevereiro de 2011, com 20 (vinte) dias úteis, realizou:

a) audiências de rito sumaríssimo: 152 (cento e cinquenta e duas), média de 7,60 (sete vírgula sessenta) por dia;

b) audiências de procedimento comum: 97 (noventa e sete), média de 4,85 (quatro vírgula oitenta e cinco) por dia;

c) audiências de instrução: 63 (sessenta e três), média de 3,15 (três vírgula quinze) por dia;

d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução: 25 (vinte e cinco), média de 1,25 (um vírgula vinte e cinco) por dia;

e) total de audiências: 337 (trezentas e trinta e sete), média de 16,85 (dezesseis vírgula oitenta e cinco) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia
Rito sumaríssimo	152	7,60
Procedimento comum	97	4,85
Instrução	63	3,15
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	25	1,25
Total	337	16,85

No mês de fevereiro de 2011, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 40 (quarenta) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 11 (onze) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 100 (cem) processos, conforme se verificou



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, mediante informação do Diretor de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas, geralmente de segunda à sexta-feira, sendo pauta dupla de segunda à quarta-feira, a partir das 8h50min. O intervalo entre as audiências é de 5 (cinco) ou 10 (dez) minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 (cinco) ou 10 (dez) minutos para as de rito ordinário e de 20 (vinte) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 22 (vinte e duas) audiências por dia.

De acordo com o Sr. Diretor de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 800 (oitocentos) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO:

Há auxílio fixo nesta Vara, desde 16/08/2010, conforme Ato da Presidência deste Regional, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 24/06/2010, p. 1 e 2.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que se observe o que dispõe o artigo 118-B do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região.

5. PRODUÇÃO – Do total de 2.350 (dois mil e trezentos e cinquenta) processos para solução em 2010, 1.824 (um mil e oitocentos e vinte e quatro) foram recebidos no ano de 2010, 513 (quinhentos e treze) são processos remanescentes de 2009 e 13 (treze) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 8,14 (oito vírgula quatorze). No ano de 2010, o MM. Juiz solucionou 1.746 (um mil e setecentos e quarenta e seis) processos, dos quais 775 (setecentos e setenta e cinco) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 74,30% (setenta e quatro vírgula trinta por cento).

Do total de 2.179 (dois mil e cento e setenta e nove) processos para solução em 2009, 1.744 (um mil e setecentos e quarenta e quatro) foram recebidos no ano de 2009, 415 (quatrocentos e quinze) são processos remanescentes de 2008 e 20 (vinte) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 1.666 (um mil e seiscentos e sessenta e seis) processos, dos quais 720 (setecentos e vinte) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 76,46% (setenta e seis vírgula quarenta e seis por cento).

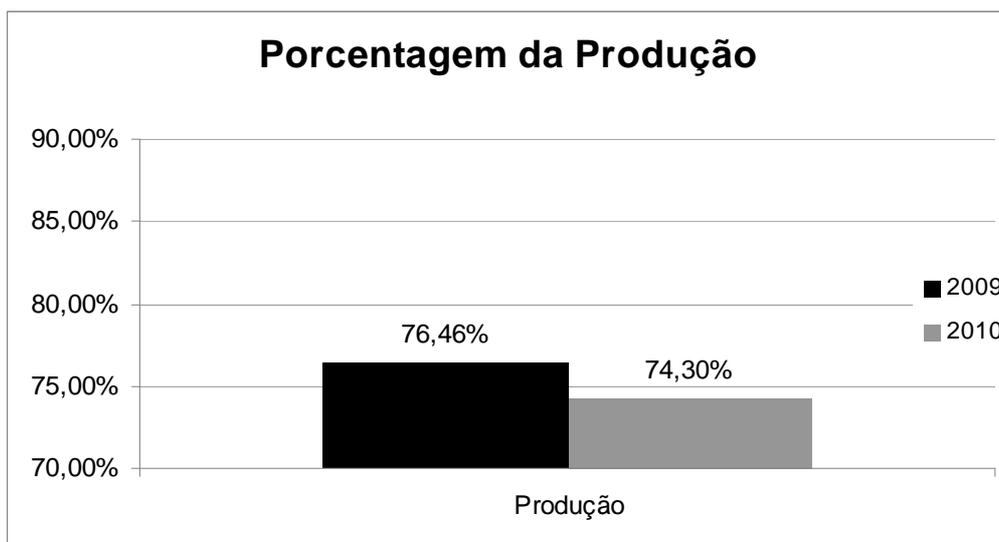
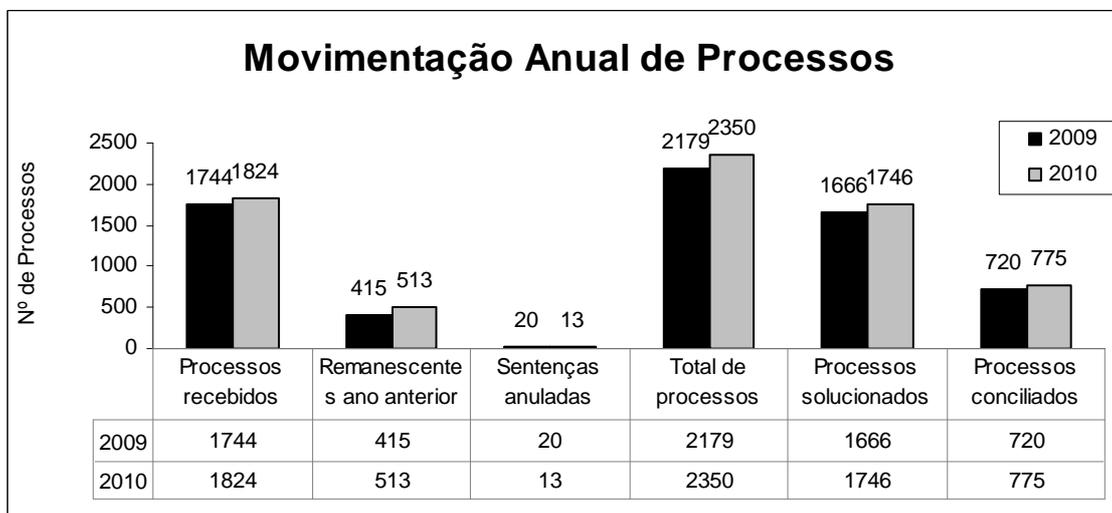
Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 4,59% (quatro vírgula cinquenta e nove por cento) no número de processos recebidos no ano de 2010. Quanto à produção, verificou-se que em 2010 houve uma diminuição de 2,16% (dois vírgula dezesseis por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Movimentação Anual de Processos		
	2009	2010
Processos recebidos	1744	1824
Processos remanescentes do ano anterior	415	513
Sentenças anuladas	20	13
Total de processos para solução	2179	2350
Processos solucionados	1666	1746
Processos conciliados	720	775
Produção	76,46%	74,30%



6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho,



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

exercício 2010, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.298.902,53	R\$1.490.209,50

Nas Varas do Trabalho de Belo Horizonte, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$2.909.068,13 e do Imposto de Renda em R\$2.290.531,60. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se ao Sr. Diretor de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com o Sr. Diretor de Secretaria, não há Portarias em vigor, nesta Vara do Trabalho.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o BACENJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

Com relação ao INFOJUD, segundo informações do Sr. Diretor de Secretaria, nunca foi empregado, inicialmente por opção do Juiz Titular e no momento encontra-se aguardando providências da CEF no tocante ao certificado digital.

Determinou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que sejam tomadas as providências necessárias para a imediata certificação dos MM. Juízes, comunicando a Corregedoria a solução da questão ou a necessidade de adoção de medidas para a sua efetivação, no prazo de 15 (quinze) dias.

9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em pesquisa realizada com os advogados e cidadãos, usuários da Justiça do Trabalho, constatou-se, nesta Vara do Trabalho, o seguinte resultado:

ADVOGADOS/CIDADÃOS	AVALIAÇÃO DOS ADVOGADOS/CIDADÃOS
Michel Pires P. Coutinho OAB/MG 87.880	Muito bom
Lucas E. Sousa Frid OAB/MGE 21.311	Excelente
Ronaldo J. Penido OAB/MG 38.463	Excelente
Valéria Lemos OAB/MG 108.305	Muito bom
Rafael C. de Oliveira CI MG12.383.603	Excelente



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

10. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou, dentre outros aspectos, a excelente qualidade no atendimento às partes e aos advogados e a muito boa organização da Secretaria. Foram examinados 81 (oitenta e um) autos de processos, sendo que em 09 (nove) foi encontrado excesso de prazo. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, devem ser melhor observados.

Em conformidade com a RA 51/2010 deste Regional, tendo recebido entre 1501 (um mil e quinhentos e um) e 2000 (dois mil) processos, a presente Vara deve contar com 13 (treze) servidores, estando nesta data com o seu quadro de servidores completo.

Com base nas informações prestadas pelo Sr. Diretor de Secretaria, o seu quadro está completo desde fevereiro de 2011.

11. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que seja(m):

a) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

b) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

c) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

d) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

e) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

f) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

g) retirados os processos do arquivo provisório, segundo cronograma a ser apresentado à Corregedoria, no prazo de 60 dias;

h) realizado pela Secretaria um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério do Juiz;

i) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

j) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC, evitando-se que os autos dos processos fiquem paralisados;

k) realizado o lançamento de baixa quando do regular retorno dos mandados da DSMJ;

l) lançado no sistema informatizado o código "056", após a homologação dos cálculos, conforme determinado pelos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional (PP-00427-2010-000-03-00-1);

m) observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

11.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO DE 2010:

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

a) seja colhido o depoimento pessoal das partes quando for expedida carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria reitera a observância da recomendação acima elencada.

12. METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

As Metas Nacionais do Judiciário Trabalhista para 2011 são:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, desde logo, sem desprezar outras ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano, salienta ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, assim como de todas as recomendações e ações indispensáveis à melhoria da tutela jurisdicional, exortando-os, desde já e permanentemente, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região as cumpra integralmente, como vem ocorrendo ao longo dos anos, deixando todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes e os servidores, realizados profissionalmente pelo cumprimento de nossa missão constitucional, tão útil e indispensável à paz social e ao equilíbrio das relações trabalhistas.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com pleno êxito, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria recomenda que o MM. Juiz confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento da **Meta 3**, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento da referida meta pelo TRT/3ª Região, que há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Auxiliar da Corregedoria salientou a importância de se cumprir todas as metas, em especial a meta 3 do CNJ e, em nome da administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco em todas as metas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos, esta “luta” institucional será vencida com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados, bem servindo ao povo, isto é, aos jurisdicionados – justiça de portas abertas, eficiente e eficaz – a quem se dirigem todos os serviços.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

As Metas Nacionais do Judiciário, para o ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10, do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento à Recomendação 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo o Desembargador Auxiliar da Corregedoria, em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Colepccor, seja observada a Instrução Normativa 01/2010 do TRT/3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, através do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 14h00min, do dia 28 de março de 2011, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Lucas Fernandes Viana** _____, Diretor da Secretaria da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular, pela MM. Juíza Auxiliar e pelo Diretor de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, além do Sr. Diretor da Secretaria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca, Luigi Adriano Pereira de Souza e Simon Cameron Maroni Safe Silveira.

Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello
Desembargador Auxiliar da Corregedoria

Vicente de Paula Maciel Júnior
Juiz do Trabalho Titular



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO**

June Bayao Gomes Guerra
Juíza do Trabalho Auxiliar

Geraldo Inácio Rosa
Diretor de Secretaria

Caroline de Melo Lopes Elida Rodrigues dos Santos Elma Cândida Gomes

Fernanda Torres Martos Gilberto de Almeida Soares Joseni Lizandro

Magda Suely Silva Leal Marcelo Martins de Melo Noêmia Maria Alves da Silva

Rosalina Miranda de Oliveira Waldik da Paixão Marques Catanhede